

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nota Técnica nº: 001 - 16 de janeiro de 2021

NOTA TÉCNICA

CONSIDERANDO:

- a Portaria nº 454 de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19), reordenando as Políticas de Atenção em Saúde para a circulação simultânea do novo coronavírus (SARS-CoV-2), influenza e outros vírus respiratórios no âmbito da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional;
- o Decreto Municipal nº 221 de 05 de outubro de 2020, que flexibiliza o funcionamento das atividades econômicas, que consequentemente reduz o percentual do isolamento social;
- a Lei nº 14.019 de 02 julho de 2020 que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19;
- o Plano de Contingência Municipal para o Enfrentamento à COVID 19 que está pautado nas determinações do Ministério da Saúde, através do Guia de Vigilância Epidemiológica/Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019, de 05 de agosto de 2020;
- a atual taxa de 68,29% de ocupação de leitos de UTI dedicados ao enfrentamento da COVID-19 e a taxa de 49,71% de ocupação de leitos de enfermaria dedicados ao enfrentamento da COVID-19;
- o monitoramento de todas gestantes e lactantes notificadas no município, pelo Grupo de Operações Estratégicas COVID 19, onde a apresentação clínica para o agravo foi favorável, com boa evolução clínica e sem complicações;
- o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID19 que considera que risco de complicações pela covid-19 não é uniforme na população, sendo que o risco de agravamento e óbito está relacionado a características sociodemográficas, presença de morbididades, entre outros.
- o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID19 que considera os principais fatores de risco identificados como associados à progressão para formas graves e óbito, nesse ordenamento conforme grau de gravidade: idade superior a 60 anos; diabetes mellitus; doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC); doença renal; doenças cardiovasculares e cerebrovasculares;



hipertensão arterial grave; indivíduos transplantados de órgãos sólidos; anemia falciforme; câncer e obesidade mórbida ($IMC \geq 40$);

- que, desde o início da pandemia, a Vigilância em Saúde de Inhumas prioriza o critério laboratorial, investindo consideravelmente no diagnóstico precoce com exames de PCR (via LACES), testes rápidos Sorológicos e identificação do Antígeno Viral, além de receber apoio estadual através do LACEN/Dados do Bem;

- que, até o presente momento, do total de 9.745 casos suspeitos para a Covid19 registrados nos sistemas de informação, 5.952 pacientes receberam exames laboratoriais na rede pública municipal, o que representa rastreabilidade laboratorial de 61%, evidenciando excelência nas investigações e assertividade diagnóstica e a efetividade da rede pública municipal no diagnóstico e manejo precoce dos casos confirmados;

RECOMENDA:

Para trabalhadores com 60 anos ou mais; Cardiopatas descompensados (hipertensão, coronariopatia, arritmia e insuficiência cardíaca); Pneumopatas (dependentes de oxigênio, portadores de asma moderada a grave, enfisema pulmonar, bronquiectasia ou fibrose pulmonar com comprometimento da capacidade pulmonar); Imunodeprimidos; Gestantes e Lactantes; Diabéticos tipo I insulínodpendentes ou Diabéticos tipo II descompensados.

1. Preferencialmente deverão ser mantidos em atividades administrativas ou de gestão e suporte ou escalados para atuar na assistência de doenças crônicas não transmissíveis e nas áreas onde são internados pacientes não-COVID19.
2. Para requerer o afastamento, deverão apresentar exame que comprove a comorbidade e relatório médico recomendando o afastamento conforme juízo clínico.
3. O afastamento laboral não deverá ser compulsório.

OBSERVAÇÕES FINAIS:

Essas RECOMENDAÇÕES são propostas diante de um cenário de relação equilibrada entre capacidade instalada do serviço e número de casos em atendimento. Mediante desequilíbrio dessa relação novas recomendações deverão ser publicadas.



Patrícia Palmeira de Brito Fleury

Secretária Municipal de Saúde